

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o cotidiano do Deficiente Visual no ensino fundamental

INCLUSIVE EDUCATION: the daily life of the Visually Impaired in elementary school

Thaís Pereira¹
Tânia Maria Machado Gontijo²
Magda Maria Pereira³

Resumo

A Educação Inclusiva foi regulamentada recentemente pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), que estabeleceu novas funções na modalidade da Educação Especial. Pretende-se com esse trabalho questionar como incluir o Deficiente Visual (D.V.) no contexto da aprendizagem das atividades do ensino fundamental? O trabalho justifica-se na perspectiva de que nem todos os professores estão capacitados para trabalhar com o deficiente visual, além da falta de material tátil acessível. A justificativa pessoal perpassa em encontrar uma metodologia adequada e eficaz para incluir os deficientes visuais no processo de aprendizagem nas atividades propostas em sala de aula, uma vez que há um número crescente de alunos chegando às escolas estaduais e seu corpo docente não se encontra preparado para recebe-los de forma inclusiva. No campo acadêmico e social pretende-se mostrar que o DV pode ter acesso ao material didático a partir do uso de materiais cotidianos, partindo do princípio que os professores têm condições de fazer esse tipo de adaptação colaborando com a prática educativa resolutive. A metodologia utilizada foi a bibliográfica qualitativa e o estudo de caso experienciado em sala de aula, onde foi necessário traçar estratégias de inclusão para o processo ensino aprendizagem.

Palavras-Chave: Inclusão, Deficiente Visual, Acessibilidade.

Abstract

Inclusive Education was recently regulated by the National Education Plan (PNE 2011-2020), which established new functions in the Special Education modality. This work intends to question how to include the Visually Impaired (D.V.) in the context of learning basic education activities? The work is justified in the perspective that not all teachers are trained to work with the visually impaired, in addition to the lack of accessible tactile material. The personal justification involves finding an adequate and effective methodology to include the visually impaired in the learning process in the activities proposed in the classroom, since there is an increasing number of students arriving at state schools and their faculty is not prepared to receives them in an inclusive way. In the academic and social field, it is intended to show that the DV can have access to didactic material from the use of everyday materials, assuming that teachers are able to make this type of adaptation collaborating with resolutive educational practice. The methodology used was the qualitative bibliography and the case study experienced in the classroom, where it was necessary to outline inclusion strategies for the teaching-learning process.

Keywords: Inclusion, Visually Impaired, Accessibility.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Faculdade FINOM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8287214596283850>

² Especialista Em Educação Inclusiva e professora da Rede Pública. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3027539995551009>

³ Doutora em Educação. Professora da Faculdade FINOM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0345400727503417>

1 – INTRODUÇÃO:

A Educação Inclusiva foi regulamentada recentemente pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), que estabeleceu novas funções da Educação Especial como modalidade de ensino. Esta modalidade transcorre todos os segmentos da escolaridade, implementa o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibilizando serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e professores quanto a sua utilização nas turmas do ensino regular.

Segundo Carvalho (2005):

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

O PNE considera como público alvo aqueles alunos que tenham qualquer tipo de deficiência objetivando colocar estes alunos em inclusos na sociedade. Ou seja, proporcionar ao aluno oportunidades equitativas, mesmo sabendo que o seu desenvolvimento na maior parte dos casos seja diferente dos alunos ditos “normais”.

É um estudo de caso analisando alunos que tem deficiência visual, partindo da seguinte problemática: Como incluir o Deficiente Visual (D.V.) no contexto da aprendizagem das atividades do ensino fundamental?

A justificativa perpassa em encontrar uma metodologia adequada e eficaz para incluir os deficientes visuais, no processo de aprendizagem nas atividades propostas em sala de aula, uma vez que há um número crescente de alunos chegando à escola e seu corpo docente não se encontra preparado. Quando se fala em acessibilidade de materiais um outro ponto a ser explorado é a forma que este aluno chega ao ensino fundamental, se ele foi alfabetizado em braile ou não, e do tipo de material utilizado dependerá do conhecimento prévio do aluno.

O objetivo acadêmico deste artigo parte do princípio que é possível adaptar material didático para alunos com deficiência visual, partindo do uso de materiais

cotidianos. A fim de alertar os gestores e professores que é de responsabilidade da escola se organizar para receber estes alunos, apesar da demora e muitas vezes falta de material oficial.

No âmbito social é notório evidenciar é evidenciar que não basta matricular o aluno em uma escola pública, mas dar condições para que ele possa desenvolver seu intelecto, dando condições de equidade relacionada a acessibilidade que ele precisa.

A metodologia utilizada foi estudo de caso, a partir da experiência vivida em sala de aula como professora de uma aluna deficiente visual, a vivência proporcionou a busca de estratégias de trabalho para a inclusão da mesma. Além da revisão bibliográfica qualitativa, que por meio de estudos de artigos científicos, livros e a legislação vigente contribuiu para elaborar os conceitos e o levantamento histórico sobre a educação inclusiva voltados para a deficiência visual no Brasil.

A deficiência visual (D.V) é tida como uma das mais comuns no Brasil, historicamente desde 1854, há registro de Institutos voltados para deficientes visuais, como no caso do Instituto Benjamin Constant que já era uma forma de auxiliar os deficientes visuais.

Nesse momento da história, ainda era muito precário o tratamento médico dos deficientes visuais, pois, se sabe que grande parte da perda de visão pode ser evitado com exames de rotina, o que no século XIX, não era tão fácil e acessível e uma grande parte da população acabou perdendo a visão parcialmente e ou integralmente.

Nas décadas de 1950 e 1970, houve alguns avanços sobre estes institutos, no Rio de Janeiro na cidade de Campos, houve um grande movimento como a implantação do Educandário para Cegos São José Operário, em Niterói, a Escola de Serviço Social e a Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense (Cracef).

No contexto social é importante relatar que essas instituições tinham objetivos filantrópicos que eram bem difundidos no século XX, segundo Jaccoud e Cardoso (2005):

A proteção social no Brasil, na sua gênese, foi vinculada a uma “gestão filantrópica da pobreza” associada a uma política de subvenções do Estado e a um projeto de bem-estar que visava o desenvolvimento econômico nacional e a proteção social, tendo as instituições privadas como principais executoras.

As empresas privadas eram incentivadas pelo governo a realizarem filantropia visando a prática da ação social no país. Essa prática, não foi exatamente a construção de políticas públicas visando o desenvolvimento da educação inclusiva e acessibilidade do deficiente visual, este contexto contribuiu, mas, esta ação serviu apenas como assistência aos pobres.

2 – A história da deficiência visual no Brasil

Historicamente o deficiente visual sofreu discriminação desde a Antiguidade, sendo eles abandonados, isolados e tratados como indesejáveis conforme aborda SENA (2011):

Na Antiguidade, as pessoas que eram definidas como deficientes eram abandonados ou eliminadas, pois sua condição era considerada um obstáculo para a comunidade em que viviam, e isso era aceito pelo grupo. Durante a idade média, as pessoas com deficiência eram vistas com preconceito e como aberrações, algumas se escondiam em igrejas ou ainda eram exploradas em circos como atrações. (SENA, p. 304)

Sena (2011) continua seu texto abordando a situação dos deficientes, do século XVIII ao século XIX, observando que as pessoas com deficiência eram tratadas isoladamente pelo resto da sociedade, só que eram depositadas em asilos, albergues ou instituições ditas como assistenciais. Ou seja, o convívio social destas pessoas era o mínimo possível, não eram consideradas adequadas para aquela sociedade.

No século XX, houve um avanço e começa a ser oferecida aos deficientes escolas e/ou classes especiais. E somente no final do século XX que os deficientes começam a serem notados na sociedade, pois começam a se integrar aos ambientes escolares e pretendia-se oferecer-lhes tratamento e conteúdo mais próximos do que era oferecido para pessoa sem deficiência.

Quanto a história mundial da deficiência visual Sena (2011), relembra o processo histórico:

Quanto a deficiência visual, podemos citar a criação, em 1784, do Instituto Real de Jovens Cegos, na cidade de Paris, por Lesieur, considerada a primeira escola para cegos do mundo. Em 1825, o sistema Braille é lançado por Louis Braille. Esse sistema consiste na transposição das letras e números em códigos de, no máximo seis pontos. (Sena, p. 305)

No Brasil considera-se como marco da Educação Especial a criação do Instituto dos Meninos Cegos (1854) e Instituto dos Surdos-mudos (1857), que hoje são chamados de Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Em 1946, foi criada a Fundação Dorina Nowill para Cegos, com o objetivo de produzir livros em braile e qualificar professores para trabalhar nesta integração dos alunos com deficiência visual. A partir daí cria-se as salas de recurso em São Paulo (1950) e no Rio de Janeiro em 1957.

Em 1961 foi aprovada a primeira versão da LDB no Brasil, LEI nº 4.024/61 já mencionava sobre as questões como inclusão:

“[...] a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”, este texto já colocava como obrigatório a inclusão das pessoas deficientes nas escolas”.

Embora fosse referenciado a educação inclusiva, o como fazer a inclusão não fica claro no documento, portanto o período de 1961 a 1988, fica obscuro no sentido de traçar estratégias para integração dos deficientes à sociedade, quando foi aprovada a Constituição Brasileira que garante a igualdade de todos brasileiros perante a lei,

Há um avanço sobre a educação inclusiva em 1988, com a Constituição Federal, que propõe no inciso III, do Artigo 208, que é dever do Estado "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", mas a lei não descreve como deveria ser tal inclusão.

A partir da Constituição Brasileira (1988), há um empenho maior nas discussões sobre a Educação Inclusiva, o Brasil é influenciado pelo cenário internacional, quando faz parte da discussão na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, o que mais tarde foi implementada pela Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na Área das Necessidades Educativas Especiais, criada na Espanha em 1994.

Portanto, em 1996 foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que reservou o capítulo V e os artigos 58 ao 60 para a Educação Especial, afim de direcionar normativamente o papel da escola inclusiva. Mas, somente em 2015, que foi sancionada a LBI, Lei Brasileira da Inclusão, que ao recordar sua história são 15 anos de muita luta e discussão para que esta lei fosse efetivamente criada. Na LBI (2015), o Artigo 1º:

“[...] destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, os exercícios dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando inclusão social e cidadania”.

Esta lei foi construída ao longo de 15 anos de muita discussão e participação de um movimento chamado “*Nada sobre nós, sem nós*” cuja reivindicação principal é que nada fosse decidido sobre a inclusão sem que houvesse representantes daqueles que mais eram interessados, os deficientes. A lei aborda não só a educação, mas, também o convívio social do deficiente, entendendo que uma pessoa deficiente pode estar em qualquer lugar na sociedade que ele deseja estar.

Hoje a legislação (LBI - Capítulo IV) prevê que o aluno com D.V. tem direito à educação, incluindo o material adaptado. Mas na prática há uma demora para chegar os livros em Braille, não se tem um sistema que une informações cadastrais dos deficientes para que as escolas possam se adaptar melhor, ou possa garantir o mínimo que a criança precisa em tempo hábil.

3 - ESTUDO DE CASO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Este estudo tem a intenção de relatar a experiência vivida por um grupo de professores e uma aluna com deficiência visual. E antes de mais nada refletir sobre a dificuldade que é receber um Deficiente Visual na escola. O primeiro obstáculo é a empatia pelo aluno, e a capacidade de se colocar no lugar dele, compreender como ele enxerga o mundo. Por muitas vezes ficamos alheios aos alunos com dificuldade por não entender seu jeito de pensar, mas a partir do momento que conseguimos derrubar esta barreira e entender suas dificuldades compreendemos como podemos ajuda-los.

É obscuro compreender um mundo que não é comum para nós professores, mais difícil ainda imaginar como poderemos contribuir para aprendizagem da Geografia, sem ver mapas, da Ciências sem enxergar as partes do corpo. E além dessas dificuldades, vieram outros obstáculos como material sem adaptação, os livros do aluno adaptados em braille demoram para chegar e a maioria deles trazem apenas texto, as figuras devem ser adaptadas de diferentes formas e tamanhos, que mesmo dentro da escola, nem sempre chega as mãos do DV em tempo hábil. Figuras devem ser adaptados de formas diferentes, mas, infelizmente também há uma demora para chegada deste material.

Pois bem, faremos um breve relato sobre a chegada dessa aluna nesta escola estadual de Minas Gerais. Ela ingressou no 6º ano do ensino fundamental II, mas antes foi alfabetizada em Braille. A família que atenta de seus direitos e necessidades começaram desde cedo o processo de alfabetização.

A professora em questão, teve contato com aluna no sétimo ano, a partir daquele momento, gerou um sentimento de incertezas quanto a forma de ensinar, as estratégias a serem trabalhadas. Nesse momento era necessária uma conexão entre professora e aluna para que as mudanças ocorressem e a aprendizagem acontecesse.

Diante da alfabetização todo material deveria ser disponibilizado em Braille por direito a essa acessibilidade e as figuras deveriam ser em alto relevo e devido a morosidade da recepção desse material foi necessário o desenvolvimento de materiais didáticos alternativos,

A adaptação de material didático para deficiente visual não é apenas a conversão dos livros e provas para o sistema Braille, os professores conteudistas no ensino fundamental e ensino médio geralmente não são habilitados nesse sistema de escrita, o que justifica ter um professor de apoio para fazer as traduções do Braille para a Língua Portuguesa e vice versa, bem como auxiliar o DV enquanto o professor regente continua com uma sala de aula cheia, permeando entre as duas situações adversas. Como é garantido pela LBI (2015)

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: ...

I – Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda vida;

XVII – Oferta de profissionais de apoio escolar;

Mas o grande desafio é adaptar figuras, mapas e gráficos para que o aluno com deficiência visual possa ter maior compreensão de assuntos como Geografia e Ciências, dentre outras disciplinas. Tornar estes materiais táteis exige muita criatividade e rapidez por parte do professor regente que conta também com o apoio de um professor braillista disponibilizado pela SEE, mediando e auxiliando o aluno em suas atividades cotidianas.

Em conformidade com o relato, cabe ressaltar que primeiro ano da aluna na escola o contato foi mais distante pois, não trabalhávamos diretamente, mas era encantador ver aquela menina brincando de queimada com os colegas no pátio da escola. E ao mesmo tempo, intrigante. Mas, em 2017, fomos coparticipativos com a presença desta aluna na turma que lecionávamos, foi um momento de desafio e aprendizagem. A dificuldade era ensinar Geografia sem o uso dos mapas, como fazer um aluno D.V. se espacializar no mundo, regiões, países e cidades? Como fazê-la entender o formato dos órgãos do corpo humano? E a geometria?

O ideal era que já tivesse todos esses materiais em alto relevo (3D) já no primeiro dia de aula, mas, a realidade é bem diferente pois, só a partir da matrícula, que a escola faz o requerimento para Secretaria Estadual da Educação, providenciar os livros didáticos em Braille. Os livros que chegam para o aluno é o de Português e Matemática cuja, comunicação não verbal é apresentada descritivamente quando há as figuras geométricas em alto relevo.

Os demais livros não são fornecidos em Braille, foram fornecidos livros impressos comuns, que serviram como referência para a professora de apoio. Os mapas e figuras referentes a essas disciplinas, foram requeridos através do CAP – Centro de Atendimento Pedagógico situado em Patos de Minas-MG, eles enviaram os mapas básicos, muitos assuntos não foram contemplados, bem como outros nem recebidos em tempo hábil, ou mesmo enviados.

Nesse contexto, foi preciso desenvolver técnicas mais ágeis de acordo com andamento das aulas. Uma das primeiras atividades propostas pela professora de Geografia foi construir um caderno de mapas com todos alunos e inclusive com a aluna DV. Foi explicado o intuito para família que apoiou a atividade e por meio de pesquisas foi construída uma pasta com os mapas dos assuntos trabalhados em sala de aula, abordando métodos da Cartografia Tátil, que segundo LOCH, 2008 é conceituada como:

Um ramo específico da Cartografia, que se ocupa da confecção de mapas e outros produtos cartográficos que possam ser lidos por pessoas cegas ou com baixa visão. Desta forma, os mapas táteis, principais produtos da cartografia tátil, são representações gráficas em textura e relevo, que servem para orientação e localização de lugares e objetos às pessoas com deficiência visual. Eles também são utilizados para a disseminação da informação espacial, ou seja, para o ensino de Geografia e História, permitindo que o deficiente visual amplie sua percepção de mundo; portanto, são valiosos instrumentos de inclusão social. (p. 39)

Mediante este conceito foram desenvolvidos os mapas a partir de objetos acessíveis à aluna, os mapas foram ampliados e reproduzidos em uma folha A4, o título, legenda e as escritas pertinentes ao mapa a própria aluna escrevia em braile e era organizado na folha pela professora de apoio. Para limites dos mapas usou-se cola Dimensional 3D e para diferenciar texturas como as Regiões Brasileiras foi utilizado: algodão e grãos de diferentes tamanhos e formatos. Foi desenvolvido pela professora de Geografia um Globo Terrestre construído com bola de isopor e massa corrida. Este globo tinha o intuito de levar a aluna compreender o formato da Terra, bem como os continentes.

Ao perceber esta movimentação, a professora de ciências que precisava trabalhar com partes do corpo humano também aderiu a mesma metodologia, ampliação da figura e utilização da cola relevo 3D, passando pelo mesmo processo.

Em 2019, houve mudança de professores, mas, o trabalho continuou com uma proposta inovadora na aula de Geografia que o tema era acessibilidade, foi proposto para que a turma se dividisse em grupos e fizessem a confecção de mapas táteis. Neste trabalho os alunos aprenderam braile para fazer título e legenda, além de ter feito a adaptação dos mapas conforme a criatividade de cada um. Todo este processo teve orientação da aluna D.V. que avaliou o nível de compreensão dos mapas confeccionados.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após o relato de experiência é possível notar que os D.V.'s dependem muito da boa vontade da comunidade escolar, embora seja dever da escola, inclusive garantido em lei.

A grande maioria dos professores desconhece o braile devido a falhas na formação, pois este não está presente nas matrizes curriculares das faculdades. Além das

falhas no sistema quanto a burocracia de requisitar materiais e seus atrasos de recebimentos.

Reestruturar o sistema e ter o cadastro nacional destes alunos seria o início da acessibilidade desburocratizada, uma vez que não é possível ter um Centro de Atendimento Pedagógico em todas as cidades de Minas Gerais, pois este departamento é regional. Este processo acaba dificultando a aprendizagem e a acessibilidade aos materiais necessários de estudo e aprendizagem.

Quanto a experiência entre alunos e professores da escola foi algo inimaginável, pois a presença desta aluna será sempre lembrada por todos e temos a certeza de ter uma geração local consciente sobre o processo de acessibilidade.

A acessibilidade deve ser física e humana, devemos nos colocar no lugar do outro para que consigamos entender seu espaço e as suas dificuldades.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para incluir um Deficiente Visual (D.V.), não basta se apropriar das técnicas como braille ou tecnologia assistiva, pois depende muito mais da boa vontade dos profissionais da educação em desenvolver e adaptar materiais em tempo hábil para que a explicação do conteúdo, seja realmente inclusiva, ou seja, ao mesmo tempo de que os demais alunos.

A inclusão destes alunos perpassa por várias barreiras que devem ser consideradas, desde o processo de matrícula, adaptação espacial do ambiente, o processo de contratação do professor de apoio e a própria convivência escola, família e estudante. Ao passar por essas adaptações necessárias, tanto a condição de aprendizagem e envolvimento da equipe pedagógica, se equilibram e não tem como dar errado, é uma questão de disponibilidade vindas de todas as partes.

No entanto, os processos de adaptação dos mapas e figuras se deu devido a necessidade imediata que se teve em ministrar as aulas. Todos os materiais foram desenvolvidos com materiais trabalhado no cotidiano.

Obteve-se resultados além do esperado, a aluna conseguiu aprender e é uma ótima aluna com notas próxima à máxima.

6 - REFERÊNCIAS:

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>. Consultado em: 23/01/2020.

ANJOS, Adriana Domingos dos. **Alunos Cegos e de Baixa Visão no Meio Escolar.** Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/alunoscegos/>. Consultado em: 23/01/2020.

BASTOS, M.C.O.; MARAVALHAS, M. R. G. **Os benefícios das tecnologias assistivas para a aprendizagem e desenvolvimento educacional de alunos com deficiência visual.** *Artefactum* – revista de estudos em linguagem e tecnologia ano VII – n° 02 / 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao

_____ LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional.** Lei 4.024/61.

_____ LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional.** Lei 9394/96.

_____ LBI – **Lei Brasileira de Inclusão.** Lei 13.146/2015.

CARVALHO, R. E. **Diversidade como paradigma de ação pedagógica na Educação.** In: Revista da Educação Especial. MEC/SEESP. Out. 2005.

FREITAS, Maria Isabel Castreghini de e VENTORINI, Silvia Elena. (Orgs.) **Cartografia Tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual.** Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

JACCOUD, L.; CARDOSO JR., J. C. **Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal.** In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.* Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005. p. 181-260. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5491&catid=301>. Acesso em: 5 jul. 2017.

LOCH, Ruth E. N. **Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais.** *Portal da Cartografia.* Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 35 - 58, 2008. Disponível in: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>

Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.** Cartilha para pais, estudantes e profissionais da educação. Disponível em: http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf. Consultado em: 23/01/2019

Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **CAP CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL** - Histórico e Diretrizes de Funcionamento. Disponível em:

<http://seeensinoespecial.educacao.mg.gov.br/images/stories/easygallery/cap-centro-de-apoio-pedagogico-as-pessoas-com-deficiencia-visual.pdf> Consultado em: 23/01/2020.

SENA, C. C. R. G. de A Cartografia Tátil como aliada da deficiência visual: necessidades de perspectivas de orientação e mobilidade In: FREITAS, de e VENTORINI, Silvia Elena. (Orgs.) **Cartografia Tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.